

# A MARCHA DO CAFÉ NO SUL DE MINAS, DÉCADAS DE 1880-1920: ALFENAS, GUAXUPÉ, MACHADO E TRÊS PONTAS

THE COFFEE MARCH IN SOUTH OF MINAS, DECADES 1880-1920: ALFENAS, GUAXUPÉ, MACHADO E TRÊS PONTAS

**Marcos Lobato Martins<sup>1</sup>**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**Correspondência:**

Campus JK - Prédio Administrativo da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

Rodovia MGT 367- Km 583, 5000 - Alto da Jacuba

Diamantina - MG - CEP: 39100-000

E-mail: [lobatohistoria@hotmail.com](mailto:lobatohistoria@hotmail.com)

**Resumo**

Em perspectiva comparativa, este artigo analisa a marcha da cafeicultura em quatro municípios do Sul de Minas Gerais na passagem para o século XX, ocupando-se com a descrição dos padrões de crescimento dos cafezais e dos negócios cafelistas. Conclui-se que a especialização produtiva no café assumiu ritmos diferentes. A investigação utiliza fontes diversas, especialmente registros fiscais, relatórios governamentais e matérias publicadas pela imprensa da época.

**Palavras-chave** Cafeicultura, Transformação do sistema agrário, Sul de Minas.

**Abstract**

In comparative perspective, this article analyzes the march of the coffee-growing in four counties of the South of Minas in the turn for twentieth century, it busying with description of the patterns of rising of the coffee plantations and coffee's business. It concludes that specialization in coffee has different rhythms. The investigation utilizes diverse fonts, particularly fiscal registries, official reports and matters of the epoch's press.

**Keywords:** Coffee-growing, Transformation of the agrarian system, South of Minas.

---

<sup>1</sup> Agradeço a FAPEMIG pelo suporte financeiro oferecido ao Projeto “As transformações do campo sul-mineiro na virada para o século XX: a transição da agricultura diversificada para a agroexportação do café”.

Em um estudo sobre a regionalização de Minas Gerais no século XIX, Alexandre Mendes Cunha afirmou ter havido notável mudança de centralidade na Província de Minas Gerais. Ouro Preto perdeu sua “primazia incontestada” e outras regiões subiram ao proscênio, graças ao dinamismo que adquiriram. Foram elas a Zona da Mata com o café e o Sul de Minas, este último dividido, na primeira metade dos Oitocentos, em uma área dedicada à produção de alimentos (porção centro-leste) e outra área dedicada à criação de gado (porção oeste).<sup>2</sup>

Para muitos historiadores, no último quartel do século XIX teria se iniciado processo rápido de transformação do Sul de Minas sob a expansão da cafeicultura, que não só tenderia a apagar as diferenças entre suas sub-regiões como selaria em bases firmes sua aliança política com a Zona da Mata na Primeira República.<sup>3</sup> O café teria lançado o Sul de Minas no rumo do “progresso”, da ferrovia, da imigração, da modernização urbana e da homogeneidade interna.

Este artigo analisa a marcha da cafeicultura em municípios do Sul de Minas Gerais na passagem para o século XX, ocupando-se com a descrição dos ritmos de formação dos cafezais e dos negócios cafelistas. Mais especificamente, o trabalho se ocupa da investigação comparativa da dinâmica da cafeicultura no território de quatro destacados municípios da região, a partir do levantamento de dados oficiais de Prefeituras e do Governo Estadual, bem como de informações publicadas pela imprensa da época.

Mais especificamente, empregam-se fontes documentais diversas, destacando-se almanaques das décadas de 1870-1880, artigos da imprensa regional dos anos 1890-1920, relatórios de Secretarias do Governo de Minas Gerais e documentação fiscal de Prefeituras sul-mineiras, especialmente os livros de lançamento de impostos sobre indústrias e profissões relativos ao período em tela. Também são utilizados inventários, textos de memorialistas e testemunhos produzidos pela História Oral. Desta documentação foram retiradas informações referentes ao processo de formação dos cafezais e das estruturas locais de produção e comércio do café.

### **O apego de Alfenas à agricultura tradicional**

O *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874* informou que as principais lavouras da Freguesia de Alfenas eram o milho e a cana, que ombreavam com a criação de gado bovino e suíno na composição da pauta de exportações da localidade. A respeito do café, o almanaque notou “nos quintais das casas grande plantação de

---

<sup>2</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades na elite política mineira às primeiras décadas do século XIX. In: JANCSO, István (Org.). *De um Império a Outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, 2007.

<sup>3</sup> Para uma crítica desta perspectiva, ver VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995.

café que produz abundantemente”.<sup>4</sup> Tratava-se, então, de lavoura de café restrita, voltada para o atendimento das demandas das famílias alfenenses. A mesma fonte informou que, na Freguesia de São Sebastião do Areado “trata-se também atualmente da cultura do café, havendo já para cima de 150.000 pés plantados e em prometedor estado”, mas mencionou que o fumo ainda constituía o principal gênero de exportação do lugar. Quanto a São Joaquim da Serra Negra, Bernardo Saturnino da Veiga afirmou, na página 156, que “a lavoura mais geral é dos cereais, mas já há grandes plantações de café e cultiva-se o fumo em grande escala. A exportação consta de fumo, porcos, carneiros e bois”. Portanto, segundo a publicação de 1874, no território norte da Vila de Alfenas o café ainda engatinhava, constituindo uma cultura entre diversas outras. Somente na Freguesia de Areado a rubiácea alcançara maior vulto, como se vê na tabela abaixo:

**Tabela 1**  
**Situação da lavoura de café em Areado (1874-1884)**

	1874	1884-5
<b>N. total de fazendeiros</b>	40	68
<b>N. de cafelistas</b>	11 (27,5%)	45 (66,1%)
<b>N. de pés de café</b>	150 mil	800 mil
<b>Exportação de café</b>	Não havia	20 mil arrobas

Fontes: *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874*; *Almanach Laemmert* 1885.

No ano de 1884, a publicação de Campanha observou o início de melhorias na lavoura do café em Areado e em São Joaquim da Serra Negra, noticiadas com indisfarçável entusiasmo:

Na Fazenda do Capitão José Francisco Terra [São Joaquim da Serra Negra] vai ser assentada uma excelente máquina, movida a água, para beneficiar o café.

Na Fazenda do Capitão Justiniano de Castro Borges [São Sebastião do Areado] existe uma excelente máquina de fabricar café, e na

<sup>4</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874*. Campanha, MG: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 134

do Capitão Felício José de Salles está se assentando outra movida a vapor.<sup>5</sup>

O almanaque de 1884 permite elaborar um quadro da cafeicultura em diversas freguesias de Alfenas, apresentado na tabela seguinte:

**Tabela 2**  
**Situação da cafeicultura em freguesias de Alfenas, ano 1884**

Freguesia	Fazendeiros listados	Cafelistas	N. cafeeiros	Exportação
Conceição da Boa Vista	85	21 (24,7%)	300 mil	-
Carmo da Escaramuça	51	11 (21,6%)	200 mil	1.000 arrobas
Conceição da Aparecida	45	16 (35,6%)	-	-
São Joaquim da Serra Negra	37	28 (75,7%)	120 mil	3.500 arrobas

Fonte: *Almanach Sul-Mineiro* de 1884.

Os números da Tabela 2 mostram que a lavoura do café já atraía a atenção de muitos fazendeiros de Alfenas no último quartel do século XIX. Os preços da rubiácea sem dúvida estimulavam o ingresso na atividade, mas havia o problema de escoamento das colheitas, uma vez que a região não contava com meios modernos de transporte. O café exportado por Areado era transportado em tropas de muares para estações paulistas da Companhia Mogiana, o que aumentava seus custos.

Nas décadas de 1890 a 1910, a lavoura de café avançou com mais força no entorno de Areado e de Serra Negra. Mas não ocorreu, nesse período, a especialização produtiva das fazendas e nem se pode dizer que o café ocupou a maior área plantada *vis a vis* os cereais. Na verdade, gradativamente o café se tornou a principal fonte de rendimentos das fazendas que o cultivavam. A convivência do café com outras atividades nas propriedades rurais do centro e do norte da antiga Vila de Alfenas é mostrada pela análise de uma amostra de 33 inventários referentes a Alfenas, Barranco Alto, Conceição da Boa Vista, São Sebastião do Areado e São Joa-

<sup>5</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro de 1885*. Campanha, MG: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1885, p. 207.

quim da Serra Negra, cobrindo o período 1887-1898, nos quais apareceram 22 fazendas. Essa análise é sintetizada na tabela seguinte:

**Tabela 3**  
**Atividades produtivas nas fazendas de Alfenas (1887-1898)**

<b>Características das fazendas</b>	<b>N. ocorrências</b>	<b>% do total</b>
<b>Lavouras tradicionais (milho, cana, feijão, arroz, etc.)</b>	16	72,7
<b>Criação de gado (bovino/suíno)</b>	17	77,3
<b>Engenhos e/ou moinhos e/ou monjolos</b>	09	40,9
<b>Atividades têxteis (rodas de fiar/teares)</b>	11	50,0
<b>Cafezais</b>	07	31,8

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas.

Os dados da Tabela 3 ajustam-se às conclusões de Marcos Lobato Martins sobre o processo de transição da agricultura de abastecimento para a agroexportação cafeeira em Alfenas.<sup>6</sup> Neste município sul-mineiro, a especialização produtiva na cafeicultura não será a nota dominante do cenário rural antes de bem avançado o século XX.

Na primeira década do século passado, a produção agropecuária de Alfenas conservava-se bastante diversificada, com a produção de café liderando folgadoamente o valor gerado pelo setor primário da economia local. Os números para o período 1903-1905, compilados por Rodolpho Jacob, são os seguintes:

<sup>6</sup> MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: Décadas de 1850-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 397-429, abr.-jun. 2013.

**Tabela 4**  
**Produção agropecuária em Alfenas, 1903-1905**

<b>Rebanhos</b>	30.500 bovinos 8.150 vacas leiteiras 29.500 suínos 10.250 cavalos 4.500 muares
<b>Produção pastoril</b>	825 rezes abatidas 17.000 rezes engordadas 250.360 kg de queijo 56.300 arrobas de toucinho
<b>Produção agrícola</b>	Café – 171.300 arrobas Milho – 82.000 alqueires Arroz – 25.800 alqueires Feijão – 19.500 alqueires Fumo – 1.337 arrobas Aguardente – 10.142 piparotes Rapadura – 52.939 cargas

Fonte: JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XX<sup>o</sup> Século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911, v. 1, p. 90-93.

Assim, tomando-se apenas o caso do café, pode-se inferir que, no período entre 1884 e 1905, a exportação alfenense da rubiácea saltou de 24.500 arrobas para 80.000 arrobas, um aumento de 327%. Uma taxa de crescimento muito robusta, inegavelmente. Pode-se dizer que os fazendeiros alfenenses pegaram a “febre do café”, mas não chegaram ao “delírio” de largar todas as atividades tradicionais para se dedicar exclusivamente ao “ouro verde”.

Os números do Recenseamento de 1920 comprovam o apego dos alfenenses e dos vizinhos de Areado ao modelo de produção diversificada nas duas primeiras décadas do século XX. Em 1920, em Alfenas e Areado havia 254 propriedades com cafezais, ou seja, apenas 24,2% dos estabelecimentos recenseados. Nelas, os cafezais ocupavam área de 3.119 hectares, o que dá média de 12,3 hectares por propriedade cafelista. Os cafeeiros eram 1.292.200 em Alfenas, e 1.047.150 em Areado, de modo que a média de pés de café por fazenda cafelista em Alfenas/Areado era

de 9.210, um número baixo. A produção de café (45.176 arrobas) ficava atrás das quantidades colhidas de milho, arroz e feijão.<sup>7</sup>

O café produzido em Alfenas e Areado, escoado pela Estrada de Ferro Muzambinho, foi comercializado por intermédio de casas comissárias do Rio de Janeiro. Os jornais da região de Alfenas e Machado trouxeram, no primeiro decênio do século passado, anúncios das firmas cariocas que compraram o café dessas localidades, a exemplo dos que se transcrevem a seguir:

A. Santos, Moreira & Cia. Comissários de café e mais gêneros do país. Rio de Janeiro. Adiantarão 70% do valor do café que lhes for consignado à vista do despacho. Os líquidos das contas das vendas são pagos imediatamente. Representada na zona por Joaquim José Raymundo.

J. Montes & Cia. Comissários de café e mais gêneros do país, sita na Travessa Santa Rita, n. 32, Caixa Postal 16, no Rio de Janeiro. Representante em Alfenas e Machado Bernardo Pereira Lima Marinho, Pinto & Cia. Comissários de café, molhados e mantimentos. Rua de São Pedro 39. Rio de Janeiro. Representada na zona por João Francisco Soares.<sup>8</sup>

Convém destacar a atuação da firma Miranda Jordão & Cia., também sediada no Rio de Janeiro e dirigida, entre 1892 e 1910, pelo Dr. Carlos Augusto de Miranda Jordão. Este empresário usou suas ligações com a Estrada de Ferro Muzambinho, da qual foi diretor e acionista, para catapultar as atividades da firma nas estações de Fama, Fluvial e Gaspar Lopes. Por isso mesmo, em debate no Congresso Mineiro sobre questões ferroviárias, esta casa comissária foi alvo de acusação do deputado Brandão Filho de “explorar, segundo é voz pública, um celeberrimo monopólio de sal na cidade de Alfenas e de café na estação de Fama”.<sup>9</sup> Em 1904, na Exposição Internacional de Saint-Louis (EUA), o café exibido pela Miranda Jordão & Cia. recebeu a medalha de bronze.<sup>10</sup> Outra firma destacada sediada no Rio de Janeiro, que aproveitou o favorecimento do governo como encarregada de compras após a assinatura do Convênio de Taubaté, foi a Theodor Willie & Cia. Esta grande empresa, dirigida por Bruno Stolle, encampou os negócios da firma carioca Silva, Gonçalves & Cia. que atuara em Alfenas e Machado desde fins dos anos 1890.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> A área plantada de café (38,4% da área cultivada total) ainda era inferior à do milho (46,8%). E, como a produção de café foi muito baixa em 1919, pode-se deduzir que quase metade dos cafeeiros, certamente por serem novos, ainda não entrara em produção. Ver adiante a nota 18.

<sup>8</sup> Todos esses anúncios foram retirados do jornal *O Machadense*, edições de 21/05/1905, 09/05/1907 e 10/02/1907, pela ordem.

<sup>9</sup> MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais da Câmara dos Deputados 1900*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900, p. 56.

<sup>10</sup> Arquivo Público Mineiro. APM-DPL-017(41).

<sup>11</sup> *Almanach Moderno de Propaganda e Estatística dos Municípios Sul-Mineiros*. Vila Silvestre Ferraz, MG: Centro Sul-Mineiro de Propaganda e Estatística, 1913.

Somente nos anos 1920 ganharam destaque os intermediários paulistas, a exemplo da firma Assumpção, Irmão & Cia. Ltda., cujos anúncios – do tipo reproduzido a seguir – dominaram as páginas do jornal *O Alfenense* nos anos 1930: “Assumpção, Irmão & Cia. Ltda. Sucessores de Vitaker, Brotero & Cia. Ltda. Comissários compradores de café. Adiantam sobre conhecimentos e penhores agrícolas com garantias hipotecárias. Informações com o representante Galileu Moura, em Lavras, ou no escritório em Santos, à rua 15 de Novembro, n. 18 – 1º andar”.<sup>12</sup>

A acumulação decorrente das atividades agropecuárias possibilitou a fundação, por homens de fortuna locais, do Banco Comercial de Alfenas, instalado em 1º de junho de 1920, com capital de 500 contos de réis. Este capital foi elevado para 2 mil contos em 1924, e para 3 mil contos em 1926.<sup>13</sup> Em propaganda veiculada no jornal *O Alfenense*, na edição do dia 1º de fevereiro de 1931, o Banco Comercial de Alfenas informou que fazia todas as operações bancárias (exceto câmbio), pagando taxas entre 7 e 9% ao ano para depósitos de dinheiro a prazo fixo, enquanto cobrava juros de 4 a 6% sobre contas correntes. Nesse ano, além da sede em Alfenas, o Banco Comercial possuía agências em Machado, Cabo Verde, Campos Gerais e Três Pontas, municípios vizinhos que tinham destacada produção cafeeira.<sup>14</sup>

Nos anos 1920 e 1930, os fazendeiros de Alfenas também contaram com os serviços financeiros de uma agência local do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. A atuação deste banco no crédito rural e também na comercialização de produtos agropecuários ficou evidenciada nos anúncios publicados no jornal *O Alfenense*, reproduzidos a seguir:

Café. Não negocie o seu café ou conhecimento antes de procurar o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Agência de Alfenas, que faz o financiamento nas bases em uso, a 180 dias de prazo e juros de 12%. Procure o Banco Hipotecário e Agrícola antes de tomar qualquer resolução sobre os seus negócios de café.

Para os negócios de Gado no Triângulo e no Estado de Goiás, o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais fornece cartas de crédito que evitam o transporte arriscado de dinheiro e cartas de apresentação que facilitam os negócios naquelas zonas. Agência de Alfenas.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> *O Alfenense*, 15/07/1931.

<sup>13</sup> *O Alfenense*, 20/03/1932.

<sup>14</sup> *O Alfenense*, 01/02/1931.

<sup>15</sup> *O Alfenense*, 01/11/1931 e 15/03/1932. O último anúncio, relativo ao comércio de gado, mostra como a pecuária, incluindo a compra e engorda de rebanhos do Centro-Oeste, conservou grande importância os alfenenses na primeira metade do século passado.



## A euforia cafelista em Machado

Conforme Moreira Rebello, o café já estava introduzido no território da Vila de Campanha desde o início da década de 1820, embora ainda não produzisse o suficiente para atender a demanda do Termo.<sup>16</sup> Todavia, na década de 1870, já existiam, apenas na Freguesia de Machado, 220 mil cafeeiros plantados por proprietários locais, com exportação para Rio de Janeiro e São Paulo, destacando-se nessa atividade o Coronel Azarias de Souza Dias. A respeito deste proprietário, Rebello reproduz matéria publicada no *Monitor Sul-Mineiro*:

Cultura do Café – O Cel. Azarias comunica ter feito a primeira remessa do café colhido em suas terras, d’onde este ano tirou mais de 2000 arrobas. O distinto fazendeiro diz-nos mais que na importante freguesia do Machado (...) a colheita há de exceder à 6000 arrobas no decorrente ano, e que em breve tempo esse número subirá a elevada soma (*Monitor Sul-Mineiro*, n. 348, 20 de agosto de 1878).

O *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874*, referindo-se ao distrito de Santo Antônio do Machado, informou que “já existem plantados nesta freguesia, com segurança, 220 mil pés de cafeeiros, dos quais uma grande parte já está dando fruto, igual em qualidade ao das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, como o tem provado o seu uso”.<sup>17</sup> A passagem do almanaque indica que os cafezais eram novos, sugerindo que a nova cultura se juntava a outras nas fazendas da Freguesia. Essa sugestão é confirmada, dez anos depois, pelo mesmo Bernardo Saturnino da Veiga, conforme se vê no trecho abaixo da edição de 1884 do almanaque:

(...) a plantação [de café] é superior a 500 mil pés tendendo a aumentar, pelo que parece terá de predominar na freguesia, outrora exclusivamente entregue à criação de gado e porcos, do que ainda se cuida em escala notável. Cultivam-se também cereais, cana, algodão, fumo, exportando-se de tudo um pouco.<sup>18</sup>

A tabela abaixo resume as informações disponíveis sobre a situação da cafeicultura em Santo Antônio do Machado nas décadas de 1870 e 1880:

---

<sup>16</sup> REBELLO, Ricardo Moreira. *O município do Machado até a virada do milênio*. Machado: s. d., 2006. 2 v.

<sup>17</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874*. Campanha, MG: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 145.

<sup>18</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro de 1884*. Campanha, MG: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 232.

**Tabela 5**  
**Situação da lavoura de café em Machado (1874-1884)**

	1874	1884-5
<b>N. total de fazendeiros</b>	44	62
<b>N. de cafelistas</b>	Sem indicação	36
<b>N. de pés de café</b>	220 mil	500 mil
<b>Exportação de café</b>	2 mil	16 mil arrobas

Fontes: *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874*; *Almanach Laemmert 1885*.

A expansão do café nas terras de Machado foi simultânea aos impactos da Abolição da Escravidão no país e na região. Na década de 1890, os fazendeiros machadenses tiveram que ensaiar novas formas de obter mão-de-obra, optando pela combinação de duas alternativas: a contratação de trabalhadores nacionais (homens livres e ex-escravos) e o emprego de colonos imigrantes. A propósito dos imigrantes, Maria Lúcia Prado Costa mostrou que os cafeicultores do município aderiram maciçamente ao programa de imigração promovido pelo Governo de Minas Gerais.<sup>19</sup> Conforme indicam os livros de Matrícula da Hospedaria Horta Barbosa, instituição instalada em Juiz de Fora com o objetivo de realizar a distribuição de imigrantes pelo território mineiro, Machado foi o maior polo sul-mineiro de atração de trabalhadores estrangeiros, com amplo predomínio de italianos, entre os anos de 1895-1898.

Estes imigrantes italianos que se instalaram em Machado partiram do Porto de Gênova, em navios fretados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, aportaram no Rio de Janeiro, onde foram alojados na Hospedaria da Ilha das Flores. Daí eles foram encaminhados até Juiz de Fora, por meio da Estrada de Ferro Central do Brasil, sendo recebidos na sede da Hospedaria Horta Barbosa. Depois, em um zigue-zague ferroviário, foram embarcados para a Estação de Pontalete: de Juiz de Fora para o entroncamento da Central do Brasil com a “Minas e Rio”, em Cruzeiro (SP); de Cruzeiro até Três Corações na junção com a Estrada de Ferro Muzambinho e, finalmente, de Três Corações a Pontalete, lugar situado no município de

<sup>19</sup> COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002, p. 55-89.

Três Pontas, ou Fama, então distrito de Alfenas. Finalmente, dessas estações os italianos seguiram de carroça para Machado.

O avanço da cafeicultura implicou em aumento da população de Santo Antônio do Machado, que alcançou sua emancipação política em 1880. No ano de 1872, o Censo Geral do Império registrou 6.440 habitantes em Machado; em 1920, a população do município havia subido para 29.357 habitantes. No período 1872-1920, a população de Machado cresceu 45 vezes. Inegavelmente, esse fato constitui indicador do grande dinamismo que a cafeicultura transmitiu ao município.<sup>20</sup>

A documentação fiscal da Câmara de Machado mostra a velocidade da expansão da cafeicultura no município, tanto no que se refere ao número de cafelistas como ao número de cafeeiros e da produção total obtida. Estes dados são mostrados pela tabela seguinte:

**Tabela 6**  
**Produção cafeeira declarada para fins de tributação, Machado**  
**(1896-1912)**

Ano	N. cafeicultores	N. pés de café	N. arrobas
1896	29	294.800	22.000
1901	70	550.070	41.050
1903	74	663.970	49.550
1906	76	974.000	73.050
1909	87	900.000	67.500
1912	96	847.000	63.525

Fontes: Códice 73, “Lançamentos de 1899, 1900 e 1901”; Códice 74, “Contribuintes dos exercícios de 1902, 1903, 1904 e 1905”; Códice 88, “Contribuintes dos exercícios de 1906-1912”. Casa de Cultura de Machado.

Os números da Tabela 6 mostram que o período 1896-1906 foi de expressivo impulso na cafeicultura machadense. O número de cafelistas aumentou 262%; a

<sup>20</sup> Para 1872, a população total de Machado foi obtida somando-se as populações das freguesias de Santo Antônio do Machado e São Francisco do Douradinho, então pertencentes a Alfenas. O Censo de 1872 está disponível no site do NPHEd do CEDEPLAR/FACE/UFMG. Acesso em 03/11/2013. A população de Machado em 1920 foi tirada do *Album Chorographico Municipal de Minas Gerais de 1927*, disponível no site [www.albumchorographico1927.com.br](http://www.albumchorographico1927.com.br). Acesso em 03/11/2013.

quantidade de cafeeiros subiu 330% e a produção 332%. Contudo, em comparação com os maiores municípios cafeeiros paulistas, evidencia-se a dimensão reduzida da lavoura cafeeira em Machado na virada do século XIX para o século XX.<sup>21</sup>

Neste período, a renda proveniente do café tornou-se dominante na arrecadação municipal, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 7**  
**Porcentagem de impostos sobre a produção agropecuária, Machado (1899-1911)**

Ano	Imposto Café	Culturas Tradicionais	Criação de Gado
1899	62%	20%	18%
1902	66%	20%	14%
1905	68%	20%	12%
1908	65%	22%	13%
1911	62%	26%	12%

Fontes: Códice 73, “Lançamentos de 1899, 1900 e 1901”; Códice 74, “Contribuintes dos exercícios de 1902, 1903, 1904 e 1905”; Códice 88, “Contribuintes dos exercícios de 1906-1912”. Casa de Cultura de Machado.

Tomando-se em conta a diferença de preço entre o café e os produtos tradicionais da agricultura, os números da última tabela permitem concluir que a produção de grãos permaneceu significativa, em quantidade. Pode-se inferir, portanto, que os maiores fazendeiros de Machado concentraram sua atenção na cafeicultura, mas não abandonaram inteiramente a produção diversificada de alimentos e a pecuária. Os dados de Rodolpho Jacob corroboram esse argumento. Em 1910, Jacob levantou, com a ajuda de coletores federais, a extensão e o valor das propriedades agropecuárias do município. Ele calculou que as áreas de lavoura somavam 7 mil

<sup>21</sup> Os seis maiores produtores de café em Machado, listados no exercício de 1896, possuíam em suas fazendas cafezais que variavam de 20,1 mil a 40,2 mil pés. Quantidades pequenas em comparação com os grandes cafezais de Juiz de Fora e do Oeste Paulista, onde eram comuns plantações com mais de 100 mil pés.

alqueires e valiam 6 mil contos de réis; os pastos cobriam 26 mil alqueires, cujo valor alcançava 2 mil contos de réis.<sup>22</sup>

Todavia, a superação da conjuntura de baixa dos preços internacionais do café após 1906 gerou o efeito de rápida especialização dos maiores fazendeiros machadenses, o que se comprova facilmente pelo exame dos números do Recenseamento de 1920. O número total de propriedades rurais no município era, então, de 602, das quais havia 183 (30,4%) que cultivavam cafezais. A área ocupada pelos cafezais era de 10.127 hectares, onde havia 7.595.133 de cafeeiros. Portanto, na média, as fazendas cafelistas de Machado tinham cafezais com 41.503 pés de café e área de 55,3 hectares.<sup>23</sup> Em 1919, o café ocupava mais de dois terços da área cultivada no município e sua produção só perdia para o milho, isso porque havia cerca de 45% de pés jovens que ainda não produziam frutos.<sup>24</sup>

Os rendimentos elevados da cafeicultura permitiram ao próprio município de Machado promover a sua modernização urbana, bem como resolver parcialmente dois problemas que limitavam o crescimento de sua economia exportadora: o transporte do café e o financiamento dos cafelistas.

Quanto ao transporte, a solução foi a construção de um ramal ferroviário. A Empresa Estrada de Ferro Machadense, com capital inicial de 1.000 contos de réis formado por acionistas locais, instalou quarenta quilômetros de trilhos entre 1922 e 1928. Dessa forma, os cafeicultores de Machado reduziram os custos de sua atividade, livrando-se das dificuldades de transportar por carros de boi o café colhido em suas fazendas até a Estação de Tuiuti (Monte Belo), para embarcá-lo nas composições da Companhia Mogiana. O ramal de Machado ligou a cidade à estação de Gaspar Lopes (Alfenas) da E. F. Muzambinho. Vale lembrar que, por trás da construção do ramal ferroviário de Machado, estiveram as figuras de dois “barões do café” locais: o Comendador Lindolfo de Souza Dias, vice-presidente do Banco Machadense S.A. e proprietário da Fazenda Limeira, e Edvar Dias, proprietário das Fazendas São Luiz, Monte Alto e Rosental, que foi Agente Executivo Municipal no período 1921-1929.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*, 1911, v. 1, p. 89.

<sup>23</sup> MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. *Minas Gerais segundo o Recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924, p. 112, 134-145, 169-178.

<sup>24</sup> Trata-se de estimativa calculada pelos autores a partir da informação de Rodolpho Jacob (p. 56) de que a produção média no Sul de Minas era de 40 arrobas de café por 1.000 cafeeiros. Assim, se todos os cafeeiros de Machado estiverem produzindo a média da região no ano de 1919, a produção seria de 303.804 arrobas. Logo, cerca de 45% dos cafeeiros não estariam produzindo. No contexto de expansão cafeeira que vivia o município, a maior parte dos cafeeiros não produtivos deveria ser jovem. Ademais, há de se ter em conta que os fazendeiros permitiam a plantação intercalar de milho e feijão enquanto os cafezais estavam em formação, mas proibiam esse cultivo no momento em que os cafezais começavam a produzir.

<sup>25</sup> COSTA, Homero. *Contribuição à história de Machado*. Machado, MG: Prefeitura Municipal de Machado, 1976.

O problema do financiamento da cafeicultura, ou melhor, de garantir pelo menos em parte o financiamento local da produção de café para escapar ao monopólio das casas comissárias cariocas e paulistas, foi enfrentado com a fundação de um banco local. Para isso, os homens de fortuna da cidade lançaram mão da acumulação crescente possibilitada pelo café. No ano de 1922, foi fundado o Banco Machadense, com capital inicial de 200 contos de réis. Capital modesto, o que caracteriza instituição mais voltada para oferta de créditos às famílias e de serviços financeiros aos produtores. Sua atuação como financiador da lavoura deve ter sido pequena, mas, no plano do comércio local, o Banco Machadense certamente impulsionou os negócios varejistas. Esse banco foi incorporado, em 1939, ao Banco Moreira Salles, sediado em Poços de Caldas.

De início, nos anos 1870-1880, a comercialização do café produzido em Machado foi responsabilidade de casas comissárias paulistas. O *Almanach Laemmert* de 1885 informou, na página 520, que o café de Machado era então exportado para São Paulo e Santos. Porém, com a chegada dos trilhos da E. F. Muzambinho a Fama, Pontalete e Gaspar Lopes, casas comissárias do Rio de Janeiro, atuantes nessas localidades, atraíram parte da produção cafeeira de Machado, como já se referiu anteriormente. Assim, entre o final dos anos 1890 e os anos 1910, agentes representantes de firmas cariocas e paulistas anunciaram nos jornais locais e intermediaram negócios cafeeiros em Machado. Nos anos 1920, as empresas paulistas voltaram a dominar amplamente a exportação do café machadense. Entre elas, houve uma, de atuação efêmera (1925-27), a Companhia Exportadora de Café do Sul de Minas, criada por Joaquim Paulino da Costa e gerenciada por seu filho, cuja sede foi em Santos.<sup>26</sup>

Em função da crise da agroexportação decorrente do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, várias iniciativas efêmeras aconteceram em Machado visando a criação de mecanismos de crédito específico para os cafeicultores nos bancos locais, como ainda a instalação de uma filial do Banco Mineiro do Café (1936). Também houve esforço no sentido do desenvolvimento de tecnologia para a produção de cafés finos, objetivo da instituição do Campo Experimental de Café (1935), hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

### **Três Pontas dividida entre a cafeicultura e a agricultura de abastecimento**

O *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874* informou, na página 169, que no município de Três Pontas a tradicional agricultura regional permanecia vigorosa. Havia, então, 180 fazendas de cultura, das quais 40 possuíam retiros de criação de gado bovino. Conforme a publicação campanhense:

---

<sup>26</sup> REBELLO, Ricardo Moreira. *O município do Machado até a virada do milênio*, 2006, v. 1. Joaquim Paulino da Costa, proprietário da Fazenda da Chácara, foi cafeicultor e dono de internada de gado, um dos fundadores do Banco Machadense, acionista e diretor da Estrada de Ferro Machadense, vereador e chefe político de uma das correntes partidárias de Machado.

A lavoura principal da freguesia tem por objeto os cereais, mas também floresce aí a cultura de cana, do fumo, do algodão e da vinha, de que já se começa a produzir vinho de qualidade. (...) Há dele [gado] não pequena quantidade, tanto que é esse um dos gêneros de exportação. Os outros são o fumo, o toucinho, o açúcar e a aguardente.

Ainda conforme a mesma fonte, o café havia sido introduzido apenas em uma parte do município, em terras da Freguesia de Carmo do Campo Grande (hoje Campos Gerais). Mesmo ali como uma cultura entre outras, como se vê no trecho transcrito a seguir:

Sua principal cultura é o milho, base da alimentação dos porcos que são exportados para a corte em grande escala. Há também outros gêneros, como é a cana, que abastece a paróquia de açúcar e aguardente, produtos que chegam ainda para serem exportados para Alfenas, Machado, Pouso Alegre e outros lugares. (...) Presentemente vai-se desenvolvendo o plantio de café, e algum que já se tem colhido iguala em qualidade ao da província do Rio de Janeiro.<sup>27</sup>

A se crer no *Almanach Sul-Mineiro*, em meados da década de 1870 o café era plantado em Três Pontas somente como “cultura doméstica”, respondendo parcialmente à demanda das famílias locais. A população da cidade importava café de municípios vizinhos, como mostra a procuração seguinte:

28 de abril de 1878. Antônio Gonçalves de Araújo, morador na Freguesia da Conceição da Boa Vista deste Termo [Alfenas], nomeia e constitui por seu bastante procurador a José Augusto Gilli e Antônio de Pádua Pereira Dias para tratar da cobrança do que lhe é devedora Dona Rachel, francesa, residente na cidade de Três Pontas proveniente de quarenta arrobas de café compradas dele outorgante pelo camarada da mesma senhora de nome Flávio José Fernandes, podendo cobrar amigável ou judicialmente, e assistir aos atos conciliatórios.<sup>28</sup>

Em 1884, Bernardo Saturnino da Veiga informou que a cultura do café havia progredido em Três Pontas. Suas palavras a respeito foram pouco entusiasmadas: “[Ali há] um começo de plantações de café, que em breve se alargará”. A cafeicultura se fazia mais presente na Freguesia de Carmo do Campo Grande, onde alcançara a cifra de 120 mil cafeeiros. Dentre os 45 fazendeiros da freguesia listados

<sup>27</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874*. Campanha, MG: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 180.

<sup>28</sup> Cartório do 1º Ofício de Notas de Alfenas, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 92-92v.

no *Almanach*, apenas 8 (17,8%) cultivavam a rubiácea. Na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Córrego do Ouro havia, em 1883, 30 mil cafeeiros, cultivados por 5 proprietários (41,7%), dentre os 12 fazendeiros daquela localidade listados pela publicação. Na Freguesia de Santana da Várzea, os cafeeiros eram poucos: 20 mil pés. Cafeeiros que existiam somente na fazenda do Dr. Francisco Evangelista de Araújo, propriedade na qual eram plantados milho, feijão e cana e onde havia engenho movido a água e engenho de serrar. Uma típica fazenda sul-mineira oitocentista.<sup>29</sup>

Mais um indício de que, em Três Pontas, como já se mostrou no caso de Alfenas, a cafeicultura desenvolveu-se como uma cultura entre outras é fornecido pelo anúncio publicado no jornal campanhense *O Colombo*, em 1883:

Joaquim Lucindo [da freguesia de Três Pontas] deseja vender a fazenda do Esmeril, onde reside, contendo 80 alqueires de terras de cultura e um pasto de 16 a 20 alqueires (valado), casa, monjolo e moinho, paiol e 3.000 pés de café de ano, em lugar em que a geada não alcança; quem a pretender dirija-se ao anunciante (*O Colombo*, 31/08/1883).

No período entre 1891 e 1897, época em que a E. F. Muzambinho construiu sua linha de Três Corações a Juréia, a lavoura da rubiácea começou a adquirir maior escala no município de Três Pontas. A aproximação dos trilhos, justamente quando vigoravam preços elevados do café no mercado internacional, estimulou os fazendeiros locais a ampliarem seus cafezais. Todavia, o café encontrou resistências consideráveis em Três Pontas, modelarmente expressas na matéria publicada pelo jornal *O Tres Pontano* em meados de 1897:

A lavoura dos grandes fazendeiros consiste hoje em plantar um ou dois alqueires de café, e nada mais. É um péssimo cálculo, porque é uma lavoura que exige um grande capital e aplicação bastante, e só começa a produzir algum resultado depois de quatro anos de penoso trabalho. Inquestionavelmente ela é uma das melhores, mas para pessoas a quem não falta o capital empregado. Não quero, pois, dizer que a lavoura de café seja improficua, não, muito ao contrário; quero apenas dizer que não se deve exclusivamente tratar dela, mas também das outras, cujos produtos são indispensáveis à vida humana. A cana de açúcar, por exemplo, que dá um lucro extraordinário, está em abandono; o milho, o arroz, o feijão, o algodão, enfim, tudo está abandonado (*O Tres Pontano*, 27/06/1897).

Os homens de imprensa de Três Pontas mostravam-se cautelosos diante da atratividade do café. Não o rejeitavam, mas clamavam aos agricultores que não

<sup>29</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro de 1884*. Campanha, MG: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.



abandonassem a policultura, considerando-a a melhor estratégia para pequenos e médios proprietários rurais. Aos grandes fazendeiros, o periódico sugeria que intensificassem a exploração de suas vastas terras, inclusive com a cultura da rubiácea, lançando mão do arrendamento de parte delas e também da contratação de maior número de jornaleiros.

Os fazendeiros trespontanos parecem ter assimilado a advertência. A lavoura de café ampliou-se com relativa lentidão no município, do que dão prova os dados recolhidos por Rodolpho Jacob relativos aos anos 1903-1905, mostrados na tabela abaixo:

**Tabela 8**  
**Produção agropecuária do município de Três Pontas, 1903-1905**

<b>Rebanhos</b>	Sem informação sobre n. de bovinos 4.000 vacas leiteiras 1.000 suínos 600 cavalos
<b>Produção pastoril</b>	36.000 kg de queijo 2.700 arrobas de toucinho
<b>Produção agrícola</b>	Café – 40 mil arrobas Milho – 10.000 alqueires Feijão – 1.500 alqueires Arroz – 800 alqueires Fumo – 200 arrobas Aguardente – 2.400 piparotes

Fonte: JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*, 1911, v. 1, p. 90-93.<sup>30</sup>

Mais um dado de Rodolpho Jacob relativo ao ano de 1910 reforça esta interpretação. Trata-se dos números sobre extensão das propriedades rurais. Para Três Pontas, Jacob calculou que as áreas de lavoura somavam 3 mil alqueires, enquanto os pastos cobriam 6 mil alqueires.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> A mesma fonte informou que a exportação de café pela Estação de Espera, no ano de 1907, foi de 500.980 kg, ou seja, 33.398 arrobas. O número é mais um sinal de que, no primeiro decênio do século passado, a cafeicultura de Três Pontas possuiu ritmo de expansão lento.

<sup>31</sup> JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*, 1911, v. 1, p. 89.

Vê-se que, em Três Pontas, o café penetrou devagar em comparação a Machado e Alfenas. Por isso a expansão populacional do município foi menor no período 1872-1920. Em 1872, a população de Três Pontas era de 16.941 habitantes; no ano de 1920, o Censo registrou 19.979 moradores no município.<sup>32</sup> Crescimento de 17,9% no período, bastante modesto e muitíssimo inferior ao da vizinha Machado, indicando que a economia de Três Pontas experimentou fraco dinamismo no período 1872-1920. Mesmo assim, combinados, a agricultura tradicional e o café foram capazes de gerar uma massa de recursos que permitiu alguma modernização urbana da cidade.<sup>33</sup>

Os dados do Recenseamento de 1920 mostram que, na segunda metade dos anos 1910, os grandes fazendeiros trespontanos decidiram investir pesadamente na cafeicultura. Em 1920, 37 propriedades do município possuíam cafezais, que ocupavam uma área de 4.125 hectares, de modo que a média da área dos cafezais por propriedade era de 111,5 hectares. Portanto, somente as grandes fazendas locais cultivavam café naquele ano. Elas tinham plantados 3.094.116 cafeeiros, o que dava média de 83.625 cafeeiros por propriedade. Entretanto, a produção de café foi de apenas 6.024 arrobas, atrás da produção de feijão e bem inferior às produções de arroz, milho e cana. A conclusão se impõe: a ampla maioria dos cafeeiros de Três Pontas no ano de 1919 não estava produtiva, porque eram muito novos. Portanto, somente no decorrer dos anos 1920 o café tornou-se a cultura principal no município de Três Pontas.

De início, os primeiros embarques de café produzidos em Três Pontas ficaram a cargo de empresas mercantis instaladas nas estações da E. F. Muzambinho, voltadas para a intermediação de mercadorias tradicionalmente importadas pelo Rio de Janeiro: gado em pé, mantimentos, fumo, toucinho, queijos. É o que mostram os anúncios do jornal *O Tres Pontano*, transcritos abaixo:

Sousa Ramos & Pinheiro. Comissários de café, fumo e mais gêneros nacionais. Rua Visconde de Inhaúma, 73. Rio de Janeiro. 11/07/1897, p. 4.

Casa de comissão de José Joaquim de Arantes. Recebe cargas e gêneros do país. Expedem-se cargas com toda prontidão. Estação de Espera. 18/07/1897, p. 4.

Os jornais de Três Pontas continuaram a publicar anúncios de casas comissárias em suas páginas nas primeiras décadas do século passado. Até os anos 1910,

---

<sup>32</sup> Para obter a população de Três Pontas em 1872, somou-se a população dos distritos de Nossa Senhora da Ajuda de Três Pontas e de Carmo do Campo Grande. As fontes dos dados são as indicadas na nota 8.

<sup>33</sup> Em 1914, a cidade inaugurou rede elétrica e rede pública de abastecimento de água e iniciou a remodelação de ruas e praças. Em 1920, chegaram o Telégrafo Nacional e a Escola Normal Coração de Jesus. Logo em seguida, foi fundado o Grupo Escolar Cônego Victor. MIRANDA, Amélio Garcia. *História de Três Pontas*. Belo Horizonte: Editora JC, 1980.

os periódicos locais traziam propaganda dos agentes de café representantes das casas comissárias do Rio de Janeiro. A partir dos anos 1920, os anúncios predominantes passaram a ser das casas comissárias de Santos – fato que sugere a mudança de polarização do comércio da região, do Rio de Janeiro para São Paulo.

Na década de 1920, para eliminar a necessidade de conduzir em carros de boi o café produzido nas cercanias da cidade até as estações da E. F. Muzambinho, formou-se a Companhia Viação Férrea Trespontana. A empresa tinha capital inicial de 800 contos de réis e instalou 20 quilômetros de trilhos entre 1922 e 1924, ligando a sede municipal à Estação de Espera. O ramal ferroviário se juntou à estrada de rodagem que fazia o mesmo percurso e fora construída anteriormente.<sup>34</sup> Sobre o transporte do café trespontano Amélio Miranda escreveu:

Em 1920, por iniciativa dos Srs. Manuel da Piedade Rabelo e Francisco Garcia de Miranda, foi construída a primeira estrada de automóvel, que ligava a cidade à estação da Espera, estrada esta que desapareceu após a inauguração da ferrovia. (...) No primeiro quartel deste século XX, desenvolveu-se aqui a cultura do café e a estrada de ferro seria, então, o meio mais adequado para o seu transporte. Criou-se, pois, uma empresa particular, que se encarregou da construção do ramal Três Pontas - Espera, cuja inauguração se deu no dia 12 de outubro de 1924.<sup>35</sup>

Como no caso de Machado, os grandes cafelistas de Três Pontas foram os acionistas do empreendimento ferroviário, destacando-se os fazendeiros Domingos Monteiro de Rezende e Azarias de Brito Sobrinho. Algumas biografias dos “barões de café” de Três Pontas são ilustrativas de determinado “jeito de ser e de viver”, nos anos 20, quando os cafezais conferiam poder tanto dentro quanto fora da fazenda. Os grandes cafelistas, senhores de terras, prestígio, cargos políticos e compadres importantes, ficavam à frente de enorme parentela e, como mostrou Mônica Ribeiro de Oliveira para a Zona da Mata, criaram estratégias matrimoniais que visavam manter dentro da família os cabedais acumulados.<sup>36</sup> Assim, casaram tios e sobrinhas, primos e primas. Além do café, fator potencializador de suas fortunas, esses homens envolveram-se com empréstimos de dinheiro a juros – atividade denominada de “negócios capitalistas”. No plano pessoal, levaram vida luxuosa, não raro repleta de hábitos e práticas verdadeiramente esdrúxulas.

Dois dos principais fazendeiros de Três Pontas, Domingos Monteiro de Rezende (1873-1954), conhecido como Coronel Minguta, dono da Fazenda Pedra

<sup>34</sup> Antes da estrada para automóveis, havia uma estrada carroçável que está assinalada no Atlas do Barão Homem de Melo. HOMEM DE MELLO, Francisco Inácio Marcondes. *Atlas do Brasil*. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1909. 68 p.

<sup>35</sup> MIRANDA, Amélio G. *História de Três Pontas*, 1980, p. 66.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

Negra, onde hoje funciona o Museu do Café de Três Pontas, e Azarias de Brito Sobrinho, o Coronel Zaroca (1870-1939), filho do Barão de Boa Esperança (Ten. Cel. Antônio Ferreira de Brito), dono da Fazenda Boa Vista, se enquadram neste perfil.

Azarias de Brito Sobrinho cuidava de café, milho, cana e de gado na Fazenda Boa Vista. No ano de 1911, ele era proprietário de um engenho de beneficiar café, cujo capital foi avaliado em 3 contos de réis, empregava força motriz de 20 cv e 4 operários, produzindo anualmente cerca de 12 contos de réis.<sup>37</sup> Seus negócios também incluíram a fundação e direção da Usina Boa Vista, produtora de açúcar e aguardente, situada a cerca de 4 km de Três Pontas.<sup>38</sup> O requinte do Coronel Zaroca levou-o a se tratar em 1915 na Europa, no balneário francês de Vichy, e por lá ele permaneceu até o fim da Primeira Grande Guerra. O Coronel Minguta, por sua vez, mandou seu filho primogênito se especializar em medicina na Alemanha, em 1918. Ambos possuíam belas casas na Capital Federal e passavam parte do ano no Rio de Janeiro, frequentando festas e rodas da alta sociedade carioca.

### **Região de Guaxupé: o estímulo cafelista gerado pela Companhia Mogiana**

Moacyr Brêtas Soares, autor de crônica de fatos políticos entremeada com observações sobre festas populares e “causos” envolvendo moradores de Muzambinho, assinala que o café foi introduzido naquela localidade na década de 1840. Conforme suas palavras:

Além de Pedro de Alcântara Magalhães, outro fazendeiro em evidência era José Alves do ‘Cafezal’. As aspas do seu último nome são sugestivas. Foi ele quem primeiro cuidou do plantio do ‘ouro verde’, doze anos antes da fundação de São José da Boa Vista [ocorrida em 1852]. Foi por iniciativa sua que ali se plantaram os primeiros pés da fanatizante rubiácea – a monocultura de que cuidaram os brasileiros até há bem pouco tempo. José Alves do ‘Cafezal’ serviu-se de sementes que adquirira na Zona da Mata (...) para formar sua lavoura de café.<sup>39</sup>

Ainda segundo Bretas Soares, o fazendeiro João Januário de Magalhães iniciou em 1866 novas lavouras de café em Muzambinho, animado com os resultados obtidos por José Alves do “Cafezal”. No entanto, o trabalho desses pioneiros foi devastado pela “geada preta” de 1870. Este memorialista sugere também que o café, inicialmente cultivado em fazendas com muitos escravos, gradualmente deslo-

<sup>37</sup> JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*, 1911, v. 1, p. 333.

<sup>38</sup> CAMPOS, Paulo Costa. *Dicionário Histórico e Geográfico de Três Pontas*. Três Pontas, MG: Edição do autor, 2004, p. 27.

<sup>39</sup> SOARES, Moacyr Bretas. *Muzambinho: sua história e os seus homens*. 1940, p. 20.

cou para posição secundária tanto a pecuária quanto a produção de cana e mantimentos, transformando-se, nos anos 1880, na atividade predominante na região.

O *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874* trouxe referências ao estado da economia em São Sebastião do Paraíso, São Francisco das Chagas do Monte Santo e Nossa Senhora das Dores de Guaxupé. Sobre São Sebastião do Paraíso, a publicação informa, na página 346, que nesta vila “cultivam-se café, cana, fumo e cereais; cuida-se na criação de gado vacum e suíno, regulando a exportação em cerca de 2 mil bois e 1.500 porcos”. A respeito de Monte Santo, informou-se, na página 355, que “a cultura do café, hoje muito desenvolvida (...) constitui sua maior riqueza e assegura-lhe um futuro de grandeza; entretanto, nem todos os lavradores cuidam dessa cultura, empregando-se muitos na criação de gado vacum e porcos”. Mais adiante, na página 358, o almanaque informou que, na Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Guaxupé, “cultivam-se aí em não pequena escala cana, café, fumo, e cuida-se da criação de gado vacum e suíno e de engordar bois e porcos que se importam das províncias de Goiás e São Paulo”. Evidentemente, no oeste da região sul-mineira, nos anos 1870, dominava a produção diversificada para o abastecimento, sendo o café uma entre outras lavouras nas propriedades da sub-região.

Este fato não surpreende, uma vez que a ocupação da região de Guaxupé foi comandada por famílias mineiras de trabalhadores, arrendatários e proprietários originários da porção centro-leste do Sul de Minas (Baependi, Cristina, Paraguaçu, Alfenas, Lavras) e de São João del Rei. Alguns exemplos são suficientes para realçar o papel dos “entrantes mineiros” na ocupação do extremo oeste da região sul-mineira. É conhecida a história de que netos do Alferes Domingos Vieira e Silva, nascidos na Fazenda do Campo Redondo entre 1810 e 1830, na divisa entre os atuais municípios de Alfenas e Campos Gerais, radicaram-se em Cabo Verde e em Botelhos.<sup>40</sup> Na história de Guaranésia figura o nome de Francisco José Dias, filho do Capitão Mor Custódio José Dias. Nos idos de 1840, Francisco José Dias deixou Machado com dois escravos e rumou para a antiga Santa Bárbara das Canoas, onde formou a Fazenda da Correnteza, iniciando plantios de canaviais para o fabrico de açúcar, rapadura e cachaça.<sup>41</sup> Osvaldo Bachião, fazendeiro de Nova Resende, nascido em 1937, testemunhou a respeito da formação de Nova Resende, depoimento que se transcreve a seguir:

---

<sup>40</sup> Conforme AYER, Aspasia Vieira. Pioneiros desconhecidos: Domingos Vieira e Silva, o fundador da Capela de São José e Dores da Pedra Branca (Alfenas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. XX, p. 81-124, 1983-85, p. 123-124.

<sup>41</sup> O Capitão Custódio José Dias, proprietário das fazendas da Cachoeira e do Centro, em terras do atual município de Machado, foi deputado geral (1826-29 e 1833) e chefe político sul-mineiro. Este poderoso proprietário é citado por LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979. Sobre a Fazenda Correnteza, ver CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas Gerais*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

Meus avós [italianos] vieram juntos e foram para a região de Três Corações. Casaram-se e meu avô começou a trabalhar com café em Paraguaçu, e veio tocar lavoura de café, de empreita – ele era meeiro. Meu pai nasceu em Paraguaçu. Veio para Nova Resende em 1914, parece. Ele trabalhou aqui perto, no bairro Novo Mundo. Ele lá tocou lavoura a meia, sobrou um dinheirinho, descobriu umas terras aqui em Nova Resende, comprou uns pedacinhos da terra, uma lavoura abandonada. Já estavam aqui uns três anos e ele entrou nessa lavoura e zelou por ela, encostadinha na cidade. Renovou a lavoura, derrubou o mato, eram uns 70 alqueires. Comprou isso com o dinheiro do café.<sup>42</sup>

Segundo Filletto & Alencar, o café expandiu-se na freguesia de Dolores de Guaxupé a partir de 1875, época em que alguns fazendeiros firmaram contratos com prestadores de serviço para o plantio de lavouras da rubiácea.<sup>43</sup> Estes contratos estipulavam detalhadamente o sistema pelo qual as lavouras deveriam ser formadas, as obrigações, os direitos e os valores de pagamento ajustados com os trabalhadores.

No ano de 1885, o *Almanach Laemmert* forneceu um quadro da lavoura cafeeira na região de Guaxupé, cujos dados são sintetizados na tabela abaixo:

**Tabela 9**  
**Situação da cafeicultura na região de Guaxupé, 1885**

	Muzambinho	Guaranésia	Guaxupé
<b>N. de fazendeiros</b>	93	12	20
<b>N. de cafelistas (%)</b>	80 (86%)	10 (83%)	18 (90%)
<b>Cafelistas com máquinas (%)</b>	06 (7,5%)	04 (40%)	-
<b>N. de pés de café</b>	800 mil	600 mil	-
<b>Exportação de café (arrobas)</b>	-	40 mil	-

Fonte: *Almanach Laemmert* de 1885, p. 457, 459, 461, 462 e 463.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, José Geraldo R.; GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores do Sul de Minas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 39.

<sup>43</sup> FILLETO, Ferdinando; ALENCAR, Edgar. Introdução e expansão do café na região Sul de Minas. *Revista de Administração da UFLA*, Lavras, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2001.

Especificamente a respeito de Guaxupé, a publicação carioca informou, na página 462, que na localidade “cultivava-se muito café, principal cultura da freguesia, seguindo-se-lhe a cana e depois o fumo e algodão”. Mantinha-se, portanto, ao se começar o último quartel do século XIX, o caráter policultor nas fazendas locais. Dois dos maiores fazendeiros de Guaxupé nessa época, Major Custódio Ribeiro Leite e Tenente Custódio Ribeiro Leite Sobrinho, além de plantarem café, plantavam cana e milho, havendo em suas propriedades engenhos e moinhos movidos a água (p. 463).

Nas décadas de 1880 e 1890, o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle possuía a maior plantação de café da região limítrofe com São Paulo, em boa medida situada em terras de Guaxupé.<sup>44</sup> Filho de Manoel Joaquim Ribeiro do Valle, abastado fazendeiro de Muzambinho nobilitado Barão das Dores da Guaxupé pelo Gabinete de Ouro Preto em 3 de agosto de 1889, Joaquim Augusto nasceu em 1862, em Guaxupé. Aos quatorze anos começou a ganhar a vida no transporte de café em lombo de burro para Casa Branca (SP). Adquiriu fortuna na comercialização do café, montou fazenda em Guaxupé com máquina de beneficiar café movida a roda d'água, comprou ações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e tornou-se diretor dessa ferrovia, usando sua posição para criar o ramal de Guaxupé. Em 1918, nas propriedades paulistas de São Simão, o Conde tinha mais de seis milhões de cafeeiros. A fazenda Jatahy exemplificava o padrão de sua atividade: nela havia cafeicultura e pecuária (realizada em retiros de *capim gordura*), produção de leite e derivados, empregando-se diaristas e colonos (a maioria italianos), plantações de milho, feijão e arroz.<sup>45</sup>

Nos anos 1890, a região de Guaxupé, cuja ocupação avançava velozmente, tornou-se área de fronteira agrícola extremamente valorizada, disparando o valor do alqueire de terra. É interessante comparar os valores máximos e mínimos do alqueire de terra em Alfenas, Três Pontas e região de Guaxupé para se ter ideia do dinamismo que vivia esta última área no ocaso do século XIX. Veja-se a tabela abaixo:

---

<sup>44</sup> GIOVANINI, Rafael Rangel. *Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 187.

<sup>45</sup> ANDRIOLLI, Carmen Silvia. De fazenda de café a área de preservação. Estudo de caso da Fazenda Jatahy/SP. *Anais do 2º Encontro da Rede de Estudos Rurais*, Rio de Janeiro, UFRJ, 11-14 de setembro de 2007.

**Tabela 9**  
**Preços do alqueire de terras em áreas do Sul de Minas, ano 1899**

Área	Preço mínimo	Preço máximo
Alfenas	25\$000	100\$000
Três Pontas	50\$000	180\$000
São Sebastião do Paraíso	40\$000	150\$000
Muzambinho	60\$000	180\$000
Monte Santo	70\$000	380\$000

Fonte: JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XX<sup>o</sup> Século*, 1911, p. 113.

A tradição oral em Guaranésia, Guaxupé, Monte Santo e Muzambinho assevera que o café só tornou-se cultura amplamente dominante na região com a aproximação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Em 1903, a Mogiana iniciou as operações do ramal de Guaxupé, que partia da Estação de Ribeiro Valle, no ramal de Mococa (SP), e seguia até Guaxupé. A Estação de Guaxupé foi inaugurada em 1904. Dela saíram os ramais de Biguatinga, Passos (que servia Guaranésia e Monte Santo) e Juréia. A Estação de Guaranésia foi inaugurada em 1912 e a Estação de Passos somente em 1921. Em 1912, a partir de Guaxupé, os trilhos da Mogiana alcançaram Muzambinho. Em 1914, foi inaugurado o prolongamento de Muzambinho até Tuiuti (Monte Belo), terminando na Estação de Juréia.

Dessa forma, a Companhia Mogiana, a “estrada de ferro dos pequenos ramais” que atendia aos interesses e necessidades dos fazendeiros, ao ligar suas propriedades ao porto de embarque (Santos), exerceu um importante papel na reordenação e dinamização da cafeicultura sul-mineira.<sup>46</sup> Já em 1907, as exportações de café pelo ramal de Guaxupé da Mogiana (considerado apenas o trecho em terras mineiras) atingiram 12.725.129 kg, cerca de 212 mil sacas de 60 kg. No caso de Guaxupé, as exportações de café pela sua estação ferroviária no ano de 1907 alcançaram a cifra impressionante de 8.283.350 kg de grãos, ou seja, mais de 138 mil sacas de 60 kg.<sup>47</sup>

A mesma fonte apresentou estimativa da safra de café sul-mineiro para o biênio 1909-1910, que se reproduz abaixo para localidades da região de Guaxupé:

<sup>46</sup> PEREIRA, Reginaldo de Oliveira. *Nas margens da Mogiana: as repercussões da cafeicultura no município de Orlândia (1901-1940)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2005, p. 39.

<sup>47</sup> JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XX<sup>o</sup> Século*, 1911, v. 1, p. 57 e 104.



**Tabela 10**  
**Avaliação da safra 1909-1910 na região de Guaxupé**

Zona	Estimativa (sacas 60 kg)	Zona	Estimativa (sacas 60 kg)
Guaxupé	100.000	Cabo Verde	25.000
Muzambinho	37.500	Guaranésia	125.000
Monte Santo	125.000	S. S. do Paraíso	187.500

Fonte: JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*, 1911, v. 1, p. 56.

Estimulada pela Cia. Mogiana, a cafeicultura expandiu-se com velocidade na região de Guaxupé na virada do século XIX para o século XX. Tanto que Guaxupé foi transformada em município em 30 de agosto de 1911, com território desmembrado de Muzambinho. Em 25 de janeiro de 1925, Guaxupé tornou-se sede de Comarca. Sinal do dinamismo da economia regional encontra-se na evolução demográfica de Guaxupé entre os anos 1872 e 1920. Em 1872, o Censo Geral do Império atribuiu à freguesia população de 4.551 pessoas (3.688 livres e 863 escravos); no ano de 1920, o Censo registrou 16.701 habitantes no município. O salto populacional foi espetacular: 367%.<sup>48</sup>

Os testemunhos de antigos moradores da região de Guaxupé têm em comum a caracterização das propriedades rurais das primeiras décadas do século XX como unidades multifuncionais, embora o café fosse o produto principal. Bastam aqui dois depoimentos a respeito:

Meu pai era fazendeiro de café. A fazenda era muito grande. Era Barra Grande porque centralizava as fazendas principais, as fazendas da Onça, do Catitó, do Zezé Pereira Lima e do Otávio Dias. (...) Eu pulava a janela, fazia minhas estripulias, ia no paiol, via o pessoal descascando milho para tratar da porcada e das vacas (João Ribeiro do Vale, nascido em 1920).

A fazenda do meu avô era a fazenda Cardosos, entre os municípios de Guaxupé e Guaranésia. Eu me lembro que a casa do meu avô era numa baixada; tinha uma escadinha, depois tinha um terreiro de café muito bem feito. A casa do meu pai, onde eu nasci, era no canto do terreiro de café. Também me recordo do pomar, que tinha muitas frutas. E do monjolo que fazia o fubá, para de-

<sup>48</sup> No período 1920-1970, a população de Guaxupé cresceu 45%, o que mostra o quão dinâmico foi o período precedente de formação do município.

pois poder fazer broa. Nessa época tinha muita quitanda (Otto Villas Boas, nascido em 1933).<sup>49</sup>

As informações sobre a produção agrícola de Guaranésia e São Sebastião do Paraíso, áreas vizinhas a Guaxupé e que tiveram trajetórias similares, corroboram os depoimentos anteriores. É o que se vê por meio da tabela seguinte:

**Tabela 11**  
**Produção agrícola de Guaranésia e S. S. do Paraíso, 1903-1905**

<b>Produtos Agrícolas</b>	<b>Guaranésia</b>	<b>São Sebastião do Paraíso</b>
<b>Café</b>	418 mil arrobas	525 mil arrobas
<b>Milho</b>	-	106 mil alqueires
<b>Feijão</b>	15 mil alqueires	8,5 mil alqueires
<b>Arroz</b>	26 mil alqueires	5 mil alqueires
<b>Fumo</b>	3 mil arrobas	2,4 mil arrobas
<b>Açúcar</b>	5 mil arrobas	11,2 mil arrobas
<b>Rapadura</b>	2.155 cargas	1.730 cargas

Fonte: JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*, 1911, v. 1, p. 92-93.

O Recenseamento de 1920 mostrou que os fazendeiros de Guaxupé reforçaram sua opção no sentido da especialização em café. Os cafezais ocupavam, no ano de 1920, 65,2% da área total cultivada no município, somando 5.309.333 pés de café. A produção da rubiácea (115.840 arrobas) ficou atrás do milho em quantidade de arrobas colhidas. A explicação desse fato é a mesma que se deu para Machado.

Na região de Guaxupé houve, no período em tela, uma clara vinculação entre café e bancos. Conforme Thiago F. R. Gambi, muitas instituições financeiras surgiram em Guaranésia, Monte Santo, São Sebastião do Paraíso, Arceburgo,

<sup>49</sup> Ambos os depoimentos são tirados de OLIVEIRA, José Geraldo R.; GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores do Sul de Minas*, 2007, p. 29 e 32.

Guaxupé, Cabo Verde e Muzambinho.<sup>50</sup> Bancos, casas bancárias e seções bancárias (estabelecimentos comerciais que faziam operações típicas de bancos, como depósitos e empréstimos), resultantes da acumulação cafeeira regional. Instituições que financiaram o consumo de famílias e também as necessidades de numerário de fazendeiros. Sobre isso, vale citar o testemunho de Carlos Alberto Paulino da Costa, nascido em Monte Santo no ano de 1939:

[Meu avô, Francisco Paulino da Costa, de Jacuí] tinha um banco pequeno. Antigamente, em cada cidade tinha um banquinho. [Ele] tinha transporte de café, tinha carro de boi que na época levava café de Monte Santo para Casa Branca. De transportador ele passou a comerciante, comprava e levava. E com o dinheiro que ganhou fundou o banco (...). Com a crise de 1929, o banco recebeu muitas fazendas dos devedores e ele distribuiu as fazendas entre os tios e os netos que eram órfãos.<sup>51</sup>

A tabela abaixo fornece os bancos e casas bancárias que operaram na região nos anos 1910-1920:

**Tabela 12**  
**Instituições financeiras na região de Guaxupé, 1909-1927**

Local	Nome do banco	Ano de fundação
<b>Guaranésia</b>	Casa Bancária Alves, Pereira & Cia.	1921
	Casa Bancária Campos Lima & Cia.	1921
	Casa Bancária Odilon Freire	1922
	Casa Bancária Tavares, Monteiro & Cia.	1925
<b>Monte Santo</b>	Banco de Monte Santo	1918
	Casa Bancária Lima, Bernardes, Forli & Cia.	1922
	Casa Bancária Alves Lima & Cia.	1924
	Casa Bancária Bernardo Nantes	1927
<b>S. Sebastião do Paraíso</b>	Banco J. O. Resende	1922
	Banco Comercial e Agrícola A. C. Pinho	1924

<sup>50</sup> GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Expansão bancária no Sul de Minas em transição (1889-1930). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2012, p. 303-329.

<sup>51</sup> OLIVEIRA, José Geraldo R.; GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores do Sul de Minas*, 2007, p. 35.

<b>Cabo Verde</b>	Banco de Cabo Verde	1924
<b>Muzambinho</b>	Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho	1914
<b>Arceburgo</b>	Casa Bancária Ferreira Banco de Arceburgo	1923 1924
<b>Guaxupé</b>	Banco de Guaxupé Casa Bancária Ferreira Alves	1909 1922

Fonte: GAMBI, Thiago F. R. *Expansão bancária no Sul de Minas em transição (1889-1930)*, 2012, p. 326-327.

A fundação e o funcionamento de tantas instituições financeiras na região de Guaxupé no início do século XX, mesmo que se considere a dispersão de capitais que isso implicou, não deixa de ser uma medida da capacidade de acumulação regional.

Desde os anos 1880 até os anos 1920, o café da região de Guaxupé destinado à exportação foi hegemonicamente adquirido por casas comissárias paulistas. O testemunho de Sérgio Salgado de Oliveira, nascido no ano de 1939 em Monte Santo, é esclarecedor:

Sou filho de Waldemar Salgado de Oliveira. (...) Meu pai foi trabalhar numa casa comissária de café, chamada Arantes. Ele tinha uns 20 anos. (...) Um diretor da Comissaria em Santos reuniu alguns funcionários e disse que em Itamogi, onde tinham um armazém de café, não estavam satisfeitos com o gerente (...) e precisavam de um interventor para ir a esse fim de mundo, porque só se chegava de trem, pela Companhia Mogiana. A cidadezinha era muito pequena e se chamava Arari (...). Meu pai se candidatou, por aventura, e veio para cá. Em Itamogi, ele tomou conta do Armazém do Arantes & Cia.<sup>52</sup>

<sup>52</sup> OLIVEIRA, José Geraldo R.; GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores do Sul de Minas*, 2007, p. 44.

Nas primeiras décadas do século passado, cabe destacar na comercialização do café produzido em Guaxupé e seu entorno a Companhia Brasileira de Café, com sede em Santos. A empresa pertencia ao Grupo Moreira Salles, sediado em Poços de Caldas. Nos seus armazéns de Guaxupé, os cafés eram comprados, as sacas conferidas e os grãos separados (ou catados) manualmente por mulheres. Em seguida, o café era embarcado nas composições da Mogiana com destino ao porto de Santos. O armazém de Guaxupé possuía capacidade de armazenagem de seis mil sacas de café.

Em 1950, o armazém de Guaxupé da Companhia Brasileira de Café foi vendido para Orostrato Olavo Silva Barbosa. A empresa Olavo Barbosa & Companhia Ltda., sediada em Guaxupé, comprou fazendas de café e representou máquinas agrícolas e de terraplanagem da John Deere e da Caterpillar a partir de 1958. Em 1970, ela gerou a Exportadora de Café Guaxupé Ltda., hoje uma das maiores exportadoras de café verde do país, comercializando cerca de um milhão de sacas/ano. Em 1976, a holding de Olavo Barbosa, o “Rei do Gado”, inaugurou em Guaxupé os Armazéns Gerais Sul Mineiro S/A, com capacidade de armazenar 700 mil sacas de café.

### **Cafeicultura moderna no Sul de Minas?**

Uma versão consagrada na historiografia brasileira enxerga a expansão da cafeicultura sul-mineira como simples resultado de projeção da cafeicultura do Oeste Paulista. Para autores como Paul Singer, João Heraldo Lima, Maria Lúcia Prado Costa e Rafael Rangel Giovanini, os cultivos sul-mineiros seriam extravasamentos dos cultivos paulistas, plantados com os mesmos equipamentos e técnicas utilizadas no Oeste Paulista.<sup>53</sup> Por essa razão, os cafezais sul-mineiros representariam um avanço expressivo em relação aos da Zona da Mata Mineira, os quais foram marcados por manejo inadequado, irracional e predatório, avesso às inovações e ao emprego de máquinas.<sup>54</sup> Este ponto de vista é sintetizado por Giovanini:

---

<sup>53</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e revolução urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1968. LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. COSTA, Maria Lúcia Prado. *A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho no contexto do desenvolvimento ferroviário do sul de Minas (1870-1910): uma tentativa de correção de uma versão consagrada*. Belo Horizonte: FUN-DAMAR, 1995. GIOVANINI, Rafael Rangel. *Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>54</sup> Conforme Ângelo Carrara, somente a partir de 1906 cafeicultores matenses começaram a utilizar máquinas carpideiras e arados, tentando reverter a perda de produtividade e competitividade do café regional. CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira*. Mariana, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. (Série Estudos, 2)

A introdução da cafeicultura no Sul [de Minas] não se dá sobre as mesmas bases [da Zona da Mata]. Influenciada pelas práticas adotadas no Oeste Paulista, desde cedo os cafeicultores da região utilizam técnicas e instrumentos mais avançados, que garantem maior produtividade e menores impactos ambientais. (...) A produção sulista em grande medida aprendeu com as experiências da Mata e do Oeste Paulista, se beneficiando disso na implantação de seus cultivos.<sup>55</sup>

Este caráter avançado da cafeicultura sul-mineira, aberta às inovações, técnicas e máquinas modernas como a cafeicultura do Oeste Paulista, parece não resistir a um exame mais acurado. Pelo menos esse é o caso dos municípios de Alfenas, Machado, Guaxupé e Três Pontas, no período 1890-1930.

O Recenseamento de 1920 não deixa dúvidas sobre a flagrante preponderância de atividades manuais na lavoura desses municípios, inclusive a cafeicultura. Eram raros os equipamentos agrícolas modernos existentes, e mesmo o arado puxado a boi estava pouco presente em 1920. Em Alfenas, somente 16,8% das propriedades recenseadas possuíam arado; em Guaxupé e Machado, a proporção era bem menor, 9,9% e 9,6%, respectivamente; em Três Pontas, ínfimos 7,8% dos estabelecimentos rurais possuíam arado. A tabela seguinte sumaria os dados de 1920 sobre máquinas de lavoura nos quatro municípios analisados:

**Tabela 13**  
**Número de estabelecimentos rurais com máquinas agrícolas, 1919**

<b>Tipos de máquinas</b>	<b>Alfenas</b>	<b>Machado</b>	<b>Guaxupé</b>	<b>Três Pontas</b>
<b>Arados</b>	124	58	20	56
<b>Grades</b>	11	5	9	3
<b>Semeadeiras</b>	9	3	3	2
<b>Cultivadores</b>	5	-	4	-
<b>Ceifadeiras</b>	2	1	-	1
<b>Tratores</b>	4	-	-	-

Fonte: MINAS GERAIS. *Minas Gerais segundo o Recenseamento de 1920*, 1924, p. 190-195.

<sup>55</sup> GIOVANINI, Rafael Rangel. *Regiões em movimento...*, 2006, p. 196-197.

Não era melhor a situação do beneficiamento e transformação dos produtos agrícolas em geral, e do café, em particular. Havia poucos “maquinismos” ou instalações para esse fim, e os que existiam eram quase todos movidos por força manual e empregavam um ou dois trabalhadores.<sup>56</sup> A tabela abaixo apresenta o número de estabelecimentos com maquinismos para beneficiar a produção agrícola nos municípios estudados:

**Tabela 14**  
**Número de estabelecimentos rurais com instalações de beneficiamento, 1919**

Município	Beneficiar			Fabricar		Descaroçar algodão	Moer Cereais
	Arroz	Café	% <sup>57</sup>	Açúcar	Manteiga		
Alfenas	3	6	6,8	9	38	1	164
Machado	9	21	11,5	26	10	-	81
Guaxupé	5	21	15,1	12	-	-	85
Três Pontas	2	5	13,5	24	6	-	109

Fonte: MINAS GERAIS. *Minas Gerais segundo o Recenseamento de 1920, 1924*, p.184-189.

O predomínio de métodos agrícolas rotineiros na cafeicultura era preocupação do governo mineiro, como mostra o trecho do Relatório de 1919 do Presidente Arthur Bernardes transcrito a seguir:

O café mantém a sua posição excepcional de termômetro de nossa situação econômica. (...) Embora se abram largos horizontes à produção cafeeira nas terras virgens dos Vales do Mucuri e Rio Doce, seria um crime esquecer, neste momento, as regiões clássicas do café, cujo futuro reclama toda a atenção dos poderes públicos (...). Cumpre ao governo ajudar a lavoura a remodelar os mé-

<sup>56</sup> Nos anos 1910, havia em Areado e em Alfenas uma fábrica de manteiga com motor a vapor de 4 cv. Em Alfenas, uma só máquina de beneficiar café com motor a vapor, que empregava 5 operários. Em Machado, um engenho de beneficiar café com motor de 8 cv, que empregava 2 trabalhadores. E em Três Pontas, havia uma fábrica de manteiga com motor a vapor e o engenho de café de Azarias de Brito Sobrinho, que empregava 4 operários e força motriz de 20 cv.

<sup>57</sup> Estes percentuais se referem à proporção de fazendas que plantavam café e possuíam máquina de beneficiar café.

todos até aqui seguidos, difundindo o uso de máquinas e adubos e o ensino dos preceitos da agronomia moderna.<sup>58</sup>

As relações de trabalho nas fazendas cafeeiras foram diversas no período em exame. Conforme relatou Rodolpho Jacob, no Sul de Minas “todos os sistemas de custeio são usados – a meiação, a empreitada e o salário”.<sup>59</sup> Em 1920, as propriedades rurais de Alfenas, Machado, Guaxupé e Três Pontas eram exploradas diretamente por seus proprietários, sendo ínfima a presença de arrendatários. Nas pequenas propriedades, que constituíam a maioria, o trabalho camponês predominava amplamente. Nas grandes fazendas cafeeiras, a formação de novos cafezais se fazia por meio de empreitadas e parcerias; os cafezais já formados eram cultivados na base do colonato, combinado com a empreitada na colheita da safra.<sup>60</sup> Assim, na cafeicultura de Alfenas, Machado, Guaxupé e Três Pontas o assalariamento pleno dos trabalhadores não foi disseminado.

Se, nos três primeiros decênios do século XX, não havia emprego difundido de técnicas e máquinas modernas na cafeicultura dos municípios analisados, também não houve mudança substancial na organização dos cafeeiros para a promoção e defesa de seus interesses. O Sul de Minas nessa época mal engatinhava na formação de cooperativas de agricultores e de cafeeiros. Conforme Rodolpho Jacob, no ano de 1910, existiam cooperativas de café apenas nas cidades de Varginha, São Gonçalo do Sapucaí e Ouro Fino.<sup>61</sup>

Em 23 de novembro de 1912, foi inaugurada pelo Presidente do Estado, Bueno Brandão, a Cooperativa Agrícola e de Laticínios Machadense, no município de Machado. Dois anos depois, o jornal *Cidade de Machado*, na edição de 20/03/1914, trouxe o seguinte anúncio da cooperativa:

Fazemos contato para fornecimento e assentamento de todos os maquinismos de uma usina de beneficiar e rebeneficiar café, que contamos inaugurar brevemente. Aceita-se café dos nossos associados para ser remetido e vendido nas praças do Rio de Janeiro ou da Europa, por intermédio da Agência Geral das Cooperativas Mineiras do Rio. Adiantam-se 80% sobre o valor das remessas.

<sup>58</sup> Relatório do Presidente do Estado de Minas Gerais Arthur Bernardes, 1919, disponível no endereço eletrônico [www.uchicago.edu](http://www.uchicago.edu). Acesso em 06/11/2013.

<sup>59</sup> JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*, 1911, v. 1, p. 56.

<sup>60</sup> Os memorialistas sul-mineiros deram muitas indicações a respeito. Ver, por exemplo, LAMBERT, M. *Cambuy: terra dos três João*. Valença, RJ: Editora Valença, 1977. SOARES, Moacyr Bretas. *Muzambinho: sua história e os seus homens*, 1940. VIEIRA, Ildeu Manso. *Mandassaia*. Alfenas, MG: Gráfica Atenas, 2002. Sobre parceria, meiação e empreitada na cafeicultura do início do século XX, ver LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. VALVERDE, Orlando. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

<sup>61</sup> JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*, 1911, v. 1, p. 51.



Esta cooperativa, que não sobreviveu à Primeira Guerra Mundial, constituiu efêmera iniciativa de cafelistas locais no sentido de promover tanto maior beneficiamento do café (que era exportado em grão) como submeter parcela importante da comercialização da rubiácea diretamente ao controle dos produtores machadenses. As poucas informações existentes sobre a Cooperativa de Machado não permitem avaliar o grau de adesão que ela obteve entre os proprietários rurais do município.

De todo modo, ao que parece, os produtores de café sul-mineiros pouco entendiam e menos ainda controlavam os processos de comercialização e financiamento da lavoura. Em Guaxupé, somente sob os efeitos terríveis da crise de 1929 os cafelistas fundaram, em 1932, uma Cooperativa de Crédito Agrícola que foi o embrião da hoje poderosa Cooxupé.<sup>62</sup>

Enfim, na cafeicultura das regiões de Alfenas, Machado, Guaxupé e Três Pontas, na virada do século XIX para o XX, havia concentração de terras, relativa monetização da economia, predomínio do trabalho manual em todas as etapas de produção do café e ausência de organizações congregando os cafelistas. Não faz sentido, portanto, insistir na afirmação de que, desde o início, as bases da cafeicultura no Sul de Minas – pelo menos no caso dos municípios analisados – teriam sido melhores e diversas das da Zona da Mata. O quadro de uma cafeicultura moderna, que lança mão de novos tipos de plantas, máquinas, técnicas, insumos, trabalho assalariado e organização dos produtores, não se configurou na região até seguramente o início dos anos 1950.

### Considerações finais

Na virada do século XIX para o século XX, os cafezais experimentaram grande expansão nos municípios selecionados. Até a Primeira Guerra Mundial, em Alfenas e Três Pontas as propriedades voltadas para a cafeicultura possuíam número relativamente menor de cafeeiros, ao passo que em Guaxupé e Machado os proprietários fizeram lavouras maiores. Nos quatro municípios, as fazendas conservaram produção diversificada – lavouras de grãos (milho, feijão, arroz), de cana e criação de gado vacum e suíno –, apresentando frequentemente benfeitorias diferentes (monjolos, moinhos, engenhos, alambiques, casas de queijo), além do conjunto cafeeiro (terreiro, tulha, casa de máquina). Em todos os municípios surgiram rapidamente estruturas de apoio à produção/comercialização do café, nas quais se destacaram casas comissárias vinculadas às praças do Rio de Janeiro e, depois, a São Paulo e bancos comerciais de capital regional. Os embarques de café nos ramais ferroviários dos municípios citados cresceram significativamente ao longo das três primeiras décadas do século passado. Dessa forma, a cafeicultura impulsionou

---

<sup>62</sup> No ano de 1957, a Cooperativa de Crédito Agrícola de Guaxupé foi transformada na Cooperativa de Cafeicultores de Guaxupé, com atividades de recebimento, processamento e comercialização de café. As exportações da Cooxupé tiveram início em 1978, com o primeiro embarque direto de café.

não apenas o crescimento demográfico nas cidades analisadas, mas também tornou essas municipalidades bastante dependentes dos recursos gerados pelos cafeelistas.

Nos municípios do Sul de Minas analisados, a especialização produtiva no café assumiu ritmos diferentes. Enquanto em Alfenas o café manteve posição secundária diante da tradicional agricultura de alimentos até os anos 1920, em Guaxupé e Machado a rubiácea rapidamente se tornou a cultura mais destacada já no primeiro decênio dos Novecentos. Nestes últimos municípios, a opção pela especialização cafeeira foi precoce. Três Pontas configura, por assim dizer, um caso intermediário entre Alfenas, de um lado, e Guaxupé/Machado, de outro. Isto porque os grandes fazendeiros trespontanos plantaram praticamente três milhões de cafeeiros no fim do segundo decênio do século passado, fazendo o café se tornar a principal cultura local nos anos 1920. A decisão trespontana pela especialização cafeeira foi relativamente tardia. Fatores topográficos e de acesso a transporte ferroviário contribuem para explicar essa diferença, bem como o maior ou menor apego local às formas da agricultura tradicional.

*Artigo recebido em 18 de novembro de 2013.*

*Aprovado em 12 de junho de 2014.*